

## EDITORIAL

Trazemos a público a edição de dezembro da Revista e-Curriculum, encerrando os quatro números do ano de 2017. A atual publicação apresenta o “Dossiê: Democratização da escola em tempos de privação de direitos”, organizado pelos professores Ana Maria Saul, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e Luís Armando Gandin, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no âmbito da parceria com a Associação Brasileira de Currículo (ABdC), iniciada em 2012.

No contexto atual, marcado pelo aprofundamento das assimetrias sociais e econômicas impostas pelo capitalismo em sua versão neoliberal no Brasil e no mundo, a compreensão de democracia e as vivências democráticas vêm sendo afetadas. Encontram-se em risco avanços conquistados pelas classes populares e pelas políticas de educação, de currículo, assim como as conquistas dos profissionais dessa área. Torna-se urgente, por um lado, fazer a denúncia dessa situação, trabalhando em uma perspectiva crítica e contra-hegemônica e, por outro lado, promover o anúncio de possibilidades para sua superação.

Este dossiê tem por objetivo a apresentação de textos com caráter científico e político sobre a temática da democratização da escola, convertendo-se em espaço para a crítica aos condicionantes que limitam sua autonomia e para o anúncio de perspectivas de democratização de projetos e práticas de currículo.

Apresentamos ainda, no número de outubro/dezembro de 2017, artigos científicos provenientes de nossa demanda espontânea e contínua.

O artigo intitulado “A justiça curricular, a violência sexual intrafamiliar (vsi) e o direito à aprendizagem”, de Branca Jurema Ponce e Juliana Fonseca O. Neri, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é resultado de uma pesquisa-ação crítico-colaborativa que envolveu educadores da educação infantil e do ensino fundamental da Rede Municipal de Educação de São Paulo entre 2016-2017. O artigo afirma a necessária descolonização cotidiana do currículo e defende que as violências contra crianças e adolescentes ferem direitos humanos e educacionais e, portanto não são passíveis de serem consideradas como questões de âmbito privado, o que

=====

implica tratar dessas violências também na escola, ação urgente para a formação integral do educando. Conclui destacando a justiça curricular como uma prática emancipatória de currículo.

“Educação humanizadora: escola na visão cristã católica e a concepção das teorias curriculares críticas”, artigo de autoria de Luis Eduardo Duarte Novais e Nadia Dumara Ruiz Silveira, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), problematiza o significado atribuído à educação escolar na contemporaneidade, tendo em vista a crise de sentido da escola. Distinguindo-se do entendimento que limita a educação escolar a considerações de natureza estritamente tecnicista e pragmática, o artigo fundamenta sua análise em documentos eclesiais que tratam da visão cristã católica de educação, postulando que a escola deve promover a dimensão transcendental e a alteridade de seus alunos, na sua integralidade e multiculturalidade, como forma de consolidar o sentido humanizador da educação respaldada em princípios éticos.

Agradecemos aos autores e colaboradores que estiveram envolvidos na composição deste número.

Desejamos a todos boas festas e um ano novo com esperanças renovadas na busca de justiça social.